

Construindo pontes na Amazônia

Categories : [Pedro da Cunha e Menezes](#)

Atrasei-me. Não resisti a uma parada na Serra Grande para fazer uma trilha no meio de uma mata primária, que me recepcionou com uma sinfonia de aves e macacos. Acabei por chegar na fronteira com a tarde a meio. Um bloqueio da Polícia Federal desviou-me da estrada principal e orientou-me a descer para embarcar em uma balsa. Assim, gastei mais 20 reais em uma travessia de pouco mais de 50 metros. Ao desembarcar, senti-me em outro mundo. Parecia que tinha voltado ao interior profundo do Quênia ou de Uganda. O caboclo brasileiro havia dado lugar a um negro retinto afro-guianense, o branco sumiu para ser substituído pelos indianos donos de pequenas lojas e restaurantes. Apenas o elemento nativo é comum às duas margens do rio.

Comum na pele e na etnia, mas não nos modos nem nos costumes. Do lado de lá, apesar da distância ínfima do Brasil, é difícil encontrar alguém que se comunique em Português. Quem está com um carro brasileiro tem que dirigir na mão inglesa e a decente infra-estrutura de Roraima desaparece por completo. É como se houvessemos voltado 50 anos no tempo.

É precisamente aí que entra a IIRSA. Em ambos os lados da fronteira, os oficiais e soldados do 6º Batalhão de Engenharia de Construção labutam dia e noite para terminar a ponte sobre o Rio Tacutu ainda este ano. Querem entregá-la como presente de ano novo. Falta pouco, a estrutura sobre o rio já está pronta. Falta apenas concluir os acessos do lado de Lethem.

Uma vez concluída a ligação, fala-se que o Brasil financiará a pavimentação de cerca de 400 km até Georgetown, facilitando a vida dos guianenses, mas também abrindo uma saída estratégica até o mar para os estados do Amazonas e Roraima. Hoje, apenas um sexto da estrada está asfaltado e perde-se cerca de doze horas para percorrer os quase seiscentos quilômetros que ligam Lethem à capital do país.

Não é sem razão que o idioma consagrou a expressão “construir pontes” como uma metáfora para “fazer amigos”. Os guianenses estão radiantes com o regalo e já se fala de um incremento nas lojas e serviços de Georgetown para melhor atender às demandas do norte brasileiro. Com a integração econômica, inevitavelmente, terá início uma fase onde serão coordenados os instrumentos de gestão, tais como financeiros, de energia, de estratégia do desenvolvimento, educacionais e ambientais.

Ambientais, sim senhor. Pois se a ocupação indiscriminada da Amazônia brasileira tem sido desastrosa, ensejando a destruição da floresta, a poluição e a caça e pesca em escalas

insustentáveis, impedir a marcha do progresso não passa de sonho bonito, mas pueril. Só conseguiremos salvar a floresta com políticas sérias de gestão do território, pensadas em escala ecossistêmica e que não parem em uma linha de fronteira arbitrariamente estabelecida de acordo com critérios políticos. Por outro lado, para gerir a natureza como ela deve ser - por ecossistemas - é importante ter instrumentos que sejam efetivos em ambos os lados das linhas que dividem as nações amazônicas. E uma política transfronteiriça efetiva só se constrói entre amigos que se confiam mutuamente.

A criação de comitês bi-nacionais de gestão ambiental e de acordos de manejo de Unidades de Conservação transfronteiriças é um passo inevitável a ser tomado em conjunto com nossos vizinhos. Assim como a integridade do Rio da Prata depende da gestão que fizemos da bacia do Tietê-Paraná, nossos esforços para salvar a Amazônia precisam encontrar eco nos países limítrofes. Seja naqueles que controlam as cabeceiras dos rios andinos que formam o Solimões, seja naqueles que ligam a Amazônia ao mar caribenho. Esforços nesse sentido já estão sendo feitos.

No último Plano quinquenal das unidades de conservação brasileiras, o Ministério do Meio Ambiente previu o incremento dos acordos de gestão transfronteiriços. Recentemente, o Presidente Lula assinou um acordo com Nicholas Sarkozy, chefe de Estado francês, para que os parques de Tumucumaque e da Guiana Francesa comecem a dialogar em busca de objetivos comuns. É um começo que tende a se replicar no relacionamento do Brasil com as outras nove nações lindéiras.

Agora, temos que fazer a nossa parte, que é gerir a contento a parte brasileira do território. Afinal, seria um contra-senso cooperar tendo por base o modelo que resultou no descalabro atual.

Depois de caminhar cerca de duas horas pela margem guianense do Tacutu resolvi retornar ao Brasil. Tinha planejado jantar em Lethem, mas tive que voltar junto com o pôr-do-sol para não perder a última balsa. Acabei comendo em Bonfim, do lado brasileiro do cerrado Roraimense. A vila está literalmente ocupada pelos homens e máquinas do 6º batalhão de Engenharia que atende pelo pitoresco nome de batalhão Simon Bolívar, líder venezuelano que sonhou com a unificação da América. Não poderia ser mais apropriado.